

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 5 | Nº 14 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4507156>



A IRRACIONALIDADE DO MERCADO TOTAL, A IDEOLOGIA CONSERVADORA BRASILEIRA E A LEGITIMAÇÃO DO GENOCÍDIO DURANTE A PANDEMIA

Bruno Reikdal Lima¹

Resumo

A partir do dilema “salvar a vida ou a economia” colocado pela elite econômica e por agentes políticos durante o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil, buscamos no presente ensaio articular conteúdos que possibilitem entendermos o processo de legitimação de ações genocidas planejadas por grupos dirigentes e com o consentimento de parcelas da sociedade. Para tal, dada uma contextualização da situação na pandemia no Brasil, trabalharemos com a crítica à irracionalidade da racionalidade do mercado total desenvolvida por Franz Hinkelammert e seu conteúdo comum à crítica ao núcleo central da ideologia conservadora brasileira apresentada por Jessé Souza. A articulação desses conteúdos desembocará no que chamamos de genocídio programado e genocídio permitido, categorias úteis para entendermos a legitimação do cálculo de risco promovido pela gestão da morte e do deixar morrer que sustentam o dilema supracitado: “salvar a vida ou a economia”.

Palavras chave: Brasil; Conservadorismo; COVID-19; Genocídio; Mercado Total.

Abstract

Based on the “life or economy” dilemma posed by the economic elite and political agents during the confrontation of the COVID-19 pandemic in Brazil, we seek in this essay to articulate contents that enable us to understand the process of legitimizing genocidal actions planned by groups directors and with the consent of parts of society. To this end, given a contextualization of the situation in the pandemic in Brazil, we will work with the criticism of the irrationality of the rationality of the total market developed by Franz Hinkelammert and its common content to the criticism of the central core of the Brazilian conservative ideology presented by Jessé Souza. The articulation of these contents will lead to what we call programmed genocide and permitted genocide, categories that are useful for understanding the legitimacy of the risk calculation promoted by the management of death and letting die that sustain the aforementioned dilemma: “save life or the economy”.

Keywords: Brazil; Conservatism; COVID-19; Genocide; Total Market.

Diante da pandemia de COVID-19 no Brasil, mesmo tendo à disposição a experiência catastrófica de colapso dos sistemas de saúde e funerário em outros países, tanto a elite econômica brasileira quanto agentes políticos colocaram como dilema central a escolha entre “salvar a vida ou a economia”. O resultado da imposição do problema como ponto de partida para as tomadas de decisão em uma situação crítica foi a morosidade de ações preventivas e a potencialização da exclusão e marginalização de parcelas da população no país de democracia representativa burguesa mais desigual do mundo.

A massa de trabalhadores formais e informais, as pequenas e médias empresas (responsáveis pela maioria dos empregos do país) e as pessoas em situação de desemprego e/ou desalento, não tiveram

¹ Doutorando em Economia Política Mundial, mestre em Filosofia e Graduado em Filosofia. E-mail para contato: bruno@reikdal.net



garantidos programas consistentes para enfrentamento de uma crise sem precedentes. Na ausência de planejamento claro, as medidas de isolamento social foram adiadas ou sabotadas por lideranças políticas e por parcelas do empresariado.

A isso se soma o descaso com investimentos emergenciais para o sistema público de saúde e para aquisição de equipamentos especializados – incluindo insumos para produção e aplicação de vacinas. Como resultado, vimos a ausência de segurança e estabilidade em todos os campos: nenhuma garantia permanente de renda assegurada aos cidadãos, pessoas forçadas a seguir com suas ocupações cotidianas, agentes e instalações de saúde desamparados, além do já “normalizado” abandono das favelas, dos pequenos agricultores e de comunidades quilombolas e indígenas (essas últimas ainda sofrendo ataques constantes e explícitos, mesmo em meio à pandemia).

Mesmo sob a pressão de uma situação calamitosa, as ações de um governo de orientação fascista seguiram marcha. Foram animadas e fortalecidas por milícias, segmentos religiosos, influenciadores digitais e pelo uso estratégico de “robôs” e ferramentas de disseminação de informações em massa nas redes sociais, além do alinhamento de veículos de mídia tradicionais alinhados com o governo e da atuação de grupos que constituem o movimento bolsonarista. Em suas ações, estes promoveram manifestações e sabotagens contra medidas de prevenção e de isolamento social.

Sob esta conjuntura, nos interessa discutir o caráter ideológico que sustenta e valida o dilema “salvar a vida ou a economia”, que desemboca no cálculo e na legitimação do genocídio. Nesse intento, utilizamos como referência as produções teóricas de Franz Hinkelammert, que revela o conteúdo irracional da racionalidade capitalista, e de Jessé Souza, que trabalha com os conteúdos fundamentais da ideologia conservadora hegemônica no Brasil moderno. Ambos têm em comum a interlocução com a produção teórica de Weber.

Assim, construímos nosso texto em três etapas: 1. apresentar o problema do “mercado total” a partir da crítica à irracionalidade da racionalidade trabalhada por Hinkelammert; 2. a explicitação do núcleo da ideologia conservadora brasileira desenvolvida por Jessé Souza; e 3. a legitimação do genocídio por parte dos grupos que aderem ao dilema “salvar a vida ou a economia”. Na articulação desses conteúdos, buscamos apresentar como o conservadorismo brasileiro é solo fértil para que o enraizamento de políticas neoliberais seja realizado sem grandes resistências e como o encontro desses dois movimentos possibilita que visualizemos o que chamaremos de genocídio programado e genocídio permitido.



A IRRACIONALIDADE DA RACIONALIDADE DO MERCADO TOTAL

Como ponto de partida de nossa discussão, retomemos a distinção weberiana entre ação racional valorativa e ação racional instrumental. Como bem sintetiza Paulo Sérgio Rouanet, com Weber fica clara a separação entre “uma razão substantiva, capaz de pensar fins e valores, e uma razão instrumental, cuja competência se esgota no ajustamento de meios a fins” (1987, p. 12). Como Weber avalia, a racionalidade progressivamente passa a ser tomada pelos sujeitos modernos reduzida aos marcos da ação racional instrumental, processo que, em sua análise, é resultado “em parte, das “necessidades subjetivistas e em parte do medo de parecer de mentalidade limitada de um modo tradicionalista (WEBER, 1997, p. 174).

A partir disso, Weber indica que o conteúdo identificado como ação racional valorativa (baseada em princípios normativos determinados pela crença em um valor) passa a ser cada vez mais recusado pelos sujeitos modernos, de modo que “julgamentos de intenção moral” são convertidos “em julgamentos de gosto ('de mau gosto', em vez de 'repreensível')” (WEBER, 1997, p. 174). Desse modo, questões éticas de critérios para a determinação de fins desejáveis são compreendidas como questões de preferências subjetivas em um ambiente no qual a manutenção de valores que não sejam comportados pela operação de racionalidade instrumental aparece como *tradicionalista*. A racionalidade instrumental (baseada na ação que coordena meios para a obtenção ótima de fins), por sua vez, é sobrevalorizada e posta como critério determinante para a escolha de todos os demais valores.

Nesse sentido, temos como produto do processo de racionalização reduzido à ação racional instrumental uma situação na qual “o critério de racionalidade (formal) julga, então, sobre a racionalidade dos meios segundo o critério de custo: realizar um determinado fim com o mínimo possível de meios requeridos para obtê-lo (HINKELAMMERT, 2005, p. 143). Uma determinada ação somente aparece como racional quando cumpre com o critério de coordenar de modo ótimo os meios necessários para a obtenção de um fim, ao passo que se comprova racional quando realiza o fim determinado.

Em resumo, o resultado do processo de redução da racionalidade estipula critérios nos quais uma ação racional é aquela que obtém o fim desejado e, se foi capaz de lograr êxito, só pode ter operado coordenando os meios de maneira ótima, portanto, enquanto ação racional instrumental. Como avalia Hinkelammert, trata-se de um marco formal tautológico que, no ambiente competitivo de mercado capitalista instrumentalmente racionalizado, garante validade às avaliações das ações das empresas e sujeitos com as quais “o que ganha demonstra, pelo simples fato de ganhar, que é mais eficiente (maximiza seu lucro, minimiza seus custos)” (HINKELAMMERT, 2005, p. 144).



Dessa maneira, como comenta Franz Hinkelammert, com a redução da racionalidade às operações de coordenação de meios para obtenção de fins “essa competitividade e essa eficiência se transformam nos valores supremos que decidem sobre a validade de todos os outros valores. O que se chama racionalidade da ação se resume, portanto, pela competitividade e pela eficiência” (HINKELAMMERT, 2005, p. 144). São os marcos estipulados pela elevação desses critérios a valores supremos determinantes de todos os outros valores que garantem validade, justificação e sentido ao dilema “vida ou economia”, posto por elites econômicas e políticas brasileiras durante a pandemia.

Sob este quadro, “economia” é entendida como operações de “alocação ótima de recursos” (HINKELAMMERT, 1990, p. 5) no interior de um mercado instrumentalmente racionalizado regido sob os critérios de eficiência e competitividade. A finalidade, previamente determinada como maximização dos lucros, garante que as ações somente possuam valor se eficientes e competitivas na obtenção do fim pré estabelecido. Nesse sentido, a manutenção das relações de mercado e seus valores supremos são o objetivo primeiro e, como efeito não intencional, espera-se as garantias de vida dos sujeitos envolvidos na reprodução da sociedade de mercado, a “vida”.

O dilema expressa, portanto, uma inversão: a vida aparece como dependente das relações de mercado capitalista para sua manutenção, ao invés das relações sociais de mercado como dependentes de sujeitos vivos e condições de vida para operar e se reproduzir socialmente. Uma irracionalidade na qual a obtenção de um fim é justificada racionalmente com a coordenação ótima de meios, ao passo que os critérios para a eleição do fim desejável são reduzidos a preferências pessoais e subjetivas, impassíveis de críticas “racionais” – dado que temos como racionalidade propriamente dita uma ação racional instrumental avaliada sob competitividade e eficiência.

Na ausência de critérios para a avaliação racional da escolha fins, a inversão entre mercado e vida aparece como justificada, dado que respeita a coordenação ótima dos meios. Como anedota que exemplifica o problema, Hinkelammert imagina:

[...] dois competidores que estão sentados cada um sobre um galho de uma árvore à beira do precipício, cortando-a. O mais eficiente será aquele que consiga cortar mais rápido o galho sobre o qual está sentado. Cairá primeiro e morrerá primeiro, mas terá ganhado a corrida pela eficiência (HINKELAMMERT, 2005, p. 142).

Com esta imagem, temos que o fim da vida dos sujeitos “é um efeito não-intencional de sua ação intencional meio-fim”, na qual o ator morre “como consequência de seu próprio ato, que é racional em termos da teoria da ação racional” (HINKELAMMERT, 2005, p. 147). À capacidade de destruir as condições que garantem a possibilidade de qualquer outro projeto futuro após a realização de uma ação racional, Hinkelammert chama de *irracionalidade do racionalizado*: “O resultado é uma tendência



inevitável do mercado para a destruição tanto dos seres humanos como da natureza, que é condição necessária para a vida humana. Esta tendência destrutiva é a irracionalidade do racionalizado" (HINKELAMMERT, 2005, p. 288). Esta é a irracionalidade escondida no dilema “economia ou vida” que, sob uma sociedade de mercado total, encontra como exigência a escolha da primeira, reduzida às alocações ótimas de recursos no interior do mercado capitalista.

A IDEOLOGIA CONSERVADORA BRASILEIRA E O MERCADO TOTAL

A totalização dos valores do mercado capitalista e seus critérios de racionalidade também é conteúdo central na discussão que Jessé Souza desenvolve na crítica ao conservadorismo brasileiro hegemônico no discurso cotidiano e legitimado na reprodução social e no funcionamento das instituições. O elemento destaque por Souza tem como referência a transformação do “mercado no reino idealizado de todas as virtudes (competência, eficiência, razão técnica supostamente no interesse de todos)” (SOUZA, 2015, p. 48). Esse conteúdo nos permite aproximar a crítica à racionalidade instrumental e seus valores supremos (competitividade e eficiência) que trabalhamos anteriormente junto à Franz Hinkelammert.

Como explica Souza em *A tolice da inteligência brasileira* (2015), com a modernização do Brasil e constituição de uma “identidade nacional”, a idealização do mercado como reino das virtudes passa despercebida e as reflexões no interior da sociedade brasileira por meio de seus intelectuais são majoritariamente produzidas tendo como referência uma imagem de que países capitalistas modernos teriam maior grau de desenvolvimento por sua habilidade por serem *mais racionalizados* no sentido do tipo de ação racional instrumental weberiana (SOUZA, 2015). A sociedade brasileira, por sua vez, seria mais passional, mais pessoalizada, mais cordial, mais patrimonial e dependente de um choque de modernidade, que tinha como parte de sua ideia-força a noção do “mercado como local da racionalidade e da virtude” (SOUZA, 2005, p. 32).

A identidade nacional do Brasil moderno teria como um de seus conteúdos fundamentais a ausência de crítica ao mercado capitalista e seus valores. Estes são assumidos, ao contrário, como condições necessárias para a modernização positivamente assumida, de tal modo que:

O mercado capitalista deixa de ser uma instituição ambivalente – fruto de longo aprendizado histórico, que permite tanto separar o interesse econômico de considerações éticas (e com isso produzir riquezas em quantidades inauditas) como também produzir e legitimar desigualdades injustas de todo tipo indefinidamente – para ser apenas o reino da “virtude” por excelência” (SOUZA, 2005, p. 33).



Desse modo, o caráter de reino das virtudes dado ao mercado garante que seus valores supremos e critérios de avaliação de todos os outros valores (competitividade e eficiência) tenham solo fértil para serem convertidos em dogmas, que nos convidam a “nos sentirmos tão virtuosos, puros e imaculados como o mercado” (SOUZA, 2005, p. 33). Em particular, no caso brasileiro a idealização dos valores do mercado é desenvolvida em contraste com a depreciação das instituições públicas e do Estado, visto, “*a priori*, como incompetente e inconfiável” (SOUZA, 2005, p. 32). Nessa conjuntura:

O que existe é uma dramatização da oposição mercado (virtuoso) e Estado (corrupto) construída como uma suposta evidência da singularidade histórica e cultural brasileira. Como já observado, é apenas o “Estado” que passa a ser percebido como o fundamento material e simbólico do patrimonialismo brasileiro. Ora, se todos somos “cordiais”, por que apenas quando estamos no Estado desenvolvemos as consequências patológicas dessa nossa “herança maldita”? Por que o mercado, por exemplo, não é percebido do mesmo modo? E por que, inclusive, o mercado é, ao contrário, visto como a principal vítima da ação parasitária estatal? (SOUZA, 2005, p. 33-34).

No jogo dramático desta oposição, portanto, temos que a ideologia hegemônica de universalização das relações “racionais” do mercado capitalista se tornam um imperativo categórico, por meio do qual o mercado total aparece como necessário para a modernização e, conseqüentemente sob esses marcos, moralização das relações sociais brasileiras. Os critérios de ação racional do mercado seriam garantia de ações virtuosas, no melhoramento ótimo no processo de reprodução e desenvolvimento da sociedade brasileira, da derrubada do “patrimonialismo’ do Estado e da elite corrupta” (SOUZA, 2005, p. 33) como aparente característica determinante para o subdesenvolvimento brasileiro e seus problemas políticos, econômicos e sociais.

Nesse campo de construção e crítica ideológica, junto à oposição entre vida e economia posta pela própria racionalidade do mercado capitalista como vimos com Hinkelammert, encontramos com Jessé Souza outra polarização: mercado virtuoso e Estado corrupto. Com a idealização do mercado como reino das virtudes e sua contraparte na demonização do Estado e das instituições públicas, o tema do patrimonialismo permite tomar no ponto de partida toda ação, tomada de decisão ou programa que não esteja adequado aos critérios da racionalidade do mercado capitalista como necessariamente corrupto, mal ou não virtuoso. Como comenta Souza, esse tipo de construção teórica resulta em uma avaliação da realidade na qual:

[...] deixamos de ter “interesses e ideias em conflito” e passamos a ter um mundo político dividido entre “honestos” e “corruptos”. O tema do patrimonialismo não só oferece uma semântica através da qual toda sociedade compreende a si mesma, mas também coloniza a forma peculiar como o debate político se articula no Brasil e na América Latina. O tema do patrimonialismo, precisamente por sua aparência de “crítica radical”, dramatiza um conflito aparente e falso, entre mercado idealizado e o Estado “corrupto”, sob o preço de deixar à sombra todas as contradições sociais de uma sociedade – e nela incluindo tanto seu mercado quanto seu



Estado –, que naturaliza desigualdades sociais abissais e um cotidiano de carência e exclusão (SOUZA, 2005, p. 35).

Toda ação, portanto, que não corresponder aos interesses do mercado aparece imediatamente demonizada, mesmo que seja uma ação necessária para a garantia da manutenção da vida. Assim, vemos que em um campo ideológico fundado na ilusão do mercado como reino das virtudes o avanço de políticas de privatização, de ataque contra instituições públicas e ações de auxílio a pessoas marginalizadas que não estejam de acordo com os critérios de competitividade e eficiência, têm terreno fértil para estabelecer raízes profundas sem grandes resistências.

Podemos rever, portanto, a facilidade com a qual avançaram no Brasil os programas neoliberais decorrentes do grande acúmulo de capital sob orientação da chamada “estratégia de globalização” que transformou as relações de investimentos do mercado (HINKELAMMERT, 2005, p. 296-297). Como o capital em circulação se tornou muito maior do que as possibilidades de se investir no âmbito do capital produtivo, progressivamente as alocações de recurso migraram para a especulação financeira. Contudo, como o capital especulativo:

[...] exige pelo menos a mesma lucratividade que o capital produtivo, surgiu uma caçada e uma pilhagem na busca de possibilidades de alocação rentável [...]. E tais possibilidades de investimento foram buscadas especialmente naqueles setores da sociedade que até então haviam sido desenvolvidos fora do escopo dos critérios de rentabilidade comercial (HINKELAMMERT, 2005, p. 298).

Dessa maneira, entram em voga os processos de privatização e os serviços públicos passam a ser avaliados com os critérios de eficiência e competitividade de mercado, o que se converte na exigência de que as relações sejam reguladas cada vez mais sob estes valores em todo o mundo. Em busca da manutenção da lucratividade, os investimentos da especulação financeira que se voltavam para atividades que preferencialmente eram desenvolvidas com planejamento e recursos públicos, “reconhecidas como 'bens públicos' ou 'serviços públicos’” (HINKELAMMERT, 2005).

No Brasil, particularmente, esse movimento é reforçado no solo dos conteúdos ideológicos hegemônicos na idealização do mercado e demonização do Estado com o tema do patrimonialismo, traduzindo-se em uma batalha travada contra programas e instituições públicas. Vê-se a exigência pela facilitação nas vendas de empresas estatais e pela substituição de serviços públicos por parcerias público-privadas ou mesmo pela gestão de serviços exclusivamente sob responsabilidade de empresas privadas.

Sob esta conjuntura que nas últimas quatro décadas “a pressão mundial pela privatização das funções do Estado, com a finalidade de encontrar novas áreas de investimento para o capital



especulativo” (HINKELAMMERT, 2005, p. 298) deu novos ares para a ideologia conservadora brasileira. No encontro desse conteúdo com o programa neoliberal, temos o esforço pela realização do que Franz Hinkelammert chama de “totalitarismo de mercado” ou do “mercado total”, caracterizado pela ação de “um mercado que se impõe a tudo, em todas as partes e a cada momento” (HINKELAMMERT, 2016, p. 14).

O MERCADO TOTAL E A LEGITIMAÇÃO DO GENOCÍDIO

O encontro da irracionalidade da racionalidade do mercado total com o conteúdo central da ideologia conservadora do Brasil moderno propicia um quadro teórico que nos permite avaliar um duplo movimento de legitimação da violência escondida no dilema “salvar a vida ou a economia”. O primeiro se refere ao cálculo de risco que inclui em sua operação a morte e a ação de pôr em risco de morte grupos humanos, que chamaremos de genocídio programado. O segundo, por sua vez, tem como característica a aceitação compartilhada por cidadãos e grupos organizados dos efeitos do cálculo de risco de morte de parcelas da sociedade, que chamaremos de genocídio permitido.

Se na crítica à irracionalidade das operações meio-fim de uma ação racional instrumental Hinkelammert pôde indicar, no limite, o suicídio coletivo, o efeito do encontro desse conteúdo com a dramatização da idealização do mercado como reino das virtudes e do Estado como fundamentalmente corrupto, revela para nós como opera a legitimação racional do genocídio. O cálculo do risco de morte em nome da manutenção do funcionamento cotidiano das relações de mercado precisa de aceitação e/ou reafirmação por parte da população da necessidade desse cálculo. Nesse sentido, se a competitividade e eficiência são valores supremos que determinam todos os outros valores no interior da racionalidade do mercado, a ideologia que toma esse mesmo mercado como reino das virtudes moraliza as ações e os efeitos das ações que visam manter seu funcionamento.

Assim, no período de pandemia no Brasil, o cálculo de risco de morte realizado por agentes políticos e pela elite econômica do país desemboca em um genocídio programado das pessoas socialmente marginalizadas. As aglomerações e instalações insalubres nas favelas, as moradias irregulares e casebres lotados de pessoas sem acesso a água e energia elétrica, os territórios rurais e reservas distantes de serviços de saúde e acesso a equipamentos de proteção, pessoas desempregadas, em desalento ou em trabalhos informais e autônomos, estão contabilizadas como potenciais vítimas “inevitáveis” da nova doença. Tratam-se, inclusive, dos grupos humanos incapazes de pagar por serviços particulares e dependentes dos equipamentos públicos. Do ponto de vista da “gestão”, são despesas para os cofres públicos e obstáculos para o avanço do mercado total.



Os grupos em situação de vulnerabilidade, à medida que dependem dos serviços públicos, arcam com os efeitos da ação ideológica de “demonizar a intervenção estatal como sempre ineficiente e corrupta” (SOUZA, 2015, p. 33). Acabam eles mesmos, portanto, demonizados. Ademais, são moralmente sobrecarregados com a exigência de se tornarem competitivos e eficientes no mercado virtuoso, abrindo caminho para a justificação de sua exclusão, das violências praticadas contra eles e da ordem “moral” de serem submissos à uma relação em que são reduzidos “a corpos que são vendidos enquanto corpos, a baixo preço, para serviços desvalorizados” (SOUZA, 2018, p. 44).

Desse modo, pelos mesmos “mecanismos operantes [...] que permitem a cada um de nós, na vida cotidiana, hierarquizar e classificar as pessoas como mais ou menos, como dignas de nosso apreço ou de nosso desprezo” (SOUZA, 2018, p. 41), o “deixar morrer” pode ser revestido de uma capa moral, acompanhada de um discurso de rentabilidade e cálculo de gestão que não quebra ou deixa de cumprir com qualquer aparato legal. Ao contrário, cumpre com os valores supremos de uma sociedade de mercado total: a eficiência e a competitividade.

Sem que houvesse chancela de parte da população que validasse tomadas de decisão genocidas guiadas pela elite econômica e por agentes políticos, a realização desse projeto seria inviável. Exatamente pela ideologia conservadora hegemônica e introjetada na reprodução social brasileira que o genocídio programado é permitido, socialmente aceitável, normalizado ou mesmo naturalizado (assumido, por exemplo, como inevitabilidade com o mesmo estatuto de uma tragédia natural).

Nesse quadro, colocar a vida de comunidades inteiras consegue se tornar parte das discussões do debate público sem espanto ou escândalo. No interior do jogo burguês de democracia representativa, são aceitas em pé de igualdade uma política genocídio programado e a necessidade de se defender a vida de comunidades humanas, consideradas como pautas a serem discutidas. Sob essa possibilidade emerge o dilema de “salvar a vida ou a economia”, e por meio dela parcelas sociais que defendem e/ou aceitam o cálculo de risco de morte alinhado à ideologia conservadora brasileira e sustentado pela irracionalidade da racionalidade de mercado total, encontram legitimidade para suas ações violentas e excludentes.

Para os grupos que aderem e reproduzem essa ideologia, cotidianamente vemos que ela “transforma milagrosamente sua extraordinária ‘irresponsabilidade social’ – uma classe dominante que nem sequer percebe as necessidades de 70% de seus compatriotas condenados a uma subvida – em ‘heroísmo’” (SOUZA, 2015, p. 244). No momento de crise extrema causada pela situação de pandemia, no entanto, o conteúdo piora: não apenas a irresponsabilidade social de ser contra políticas públicas é moralmente “lavada”, mas a defesa do genocídio e do pôr em risco imediato de morte é transformado em valentia e heroísmo individual, responsabilizando cada pessoa que não tem opções e mesmo recursos mínimos para se proteger e



proteger sua família, pelo óbito potencial. Um genocídio que se esconde atrás das aparências de racionalidade e de moralidade.

REFERÊNCIAS

HINKELAMMERT, Franz. **Democracia y totalitarismo**. San José: DEI, 1990

HINKELAMMERT, Franz; JÍMENEZ, Henry Mora. **Hacia una economía política para la vida**. San José: DEI, 2005.

HINKELAMMERT, Franz. **Totalitarismo del mercado**: el mercado capitalista como ser supremo. Cidade de México: Akal, 2016.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Editora Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país para além do jeitinho brasileiro. São Paulo: Editora Leya, 2018.

WEBER, Max. **Textos selecionados**: Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Editora Abril Cultural, 1997.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 5 | Nº 14 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima